

PONTO CRÍTICO

DF - BRASÍLIA

A capital da República no Planalto contribui para isolar o poder?



SIM

A ponte Brasília — Brasil

Paulo du Pin Calmon

Será que a transferência da capital para Brasília contribuiu para isolar o povo do poder? Será que a construção de uma nova capital, longe de tudo e de todos, afastou a população das decisões governamentais? Muitos argumentam que sim, pois o isolamento do restante do país criaria uma aura de alienação nos governantes em relação à real situação do país. Além disso, a distância reforçaria a concentração de poder, tornando políticos e burocratas ainda mais vulneráveis à influência dos grupos de interesse, que se mobilizam com facilidade na capital federal.

Apesar dos méritos dos argumentos que relacionam a distância ao isolamento do poder, deve-se considerar que subjacente a eles está uma outra questão. O que se discute não são apenas os efeitos da distância física, mas como reverberam as preferências da população no momento de se formular, implementar e avaliar as políticas públicas. Portanto, mais do que a distância, há que se considerar a existência de um vazio institucional se-

parando o povo e o poder.

Brasília não pode ser considerada apenas como uma cidade: ela é mais do que isso. Para os que moram em outras localidades, Brasília é antes de tudo um espaço político — o centro das decisões nacionais. A localização geográfica desse centro passa então a ser uma questão secundária, já que o espaço político-institucional que separa o povo das principais decisões nacionais afeta tanto os que moram longe de Brasília, quanto os que estão perto dela. Não é o fato de que a população de Brasília reside perto da Praça dos Três Poderes que lhe permite participar, de forma mais efetiva, das decisões nacionais. Por outro lado, os governos locais não estão imunes aos vícios de Brasília, simplesmente por estarem mais próximo do eleitorado.

A questão da participação popular é complexa. Vários fatores devem ser levados em conta e muitas são as implicações. Há que se considerar, por exemplo, que o excesso de participação popular nas decisões do governo pode gerar um fenômeno co-

nhecido como *demosclerose* ou *engessamento decisório*, com a paralisação sistemática da máquina governamental. Por outro lado, a ausência de participação gera o problema da representação, incentiva o comportamento oportunista dos políticos e dos burocratas e desestimula a eficiência alocativa na gestão dos recursos públicos.

A situação do país parece ser paradoxal. Se por um lado a *demosclerose* se manifesta em algumas arenas, por outro o oportunismo domina várias outras áreas. Mas o paradoxo é aparente, porque tanto a *demosclerose* quanto o oportunismo são manifestações de um mesmo fenômeno: a desorganização do espaço decisório e a obsolescência das instituições responsáveis pelas políticas públicas no país.

Como exemplo de obsolescência e desorganização, e como manifestação do isolamento decisório, considere-se o calcanhar-de-aquiles do Plano Real: a política orçamentária. Em tese, a origem e o destino da receita orçamentária deveriam ser determinados a partir da interação en-

tre o Executivo, o Congresso e o contribuinte, que firmariam um acordo, algo como um plano, que determinasse a alocação dos recursos públicos. Entretanto, resulta do processo orçamentário no país não um plano, mas uma peça com valor simbólico, um verdadeiro ornamento, que tem um efeito limitado sobre a alocação de recursos públicos. Em vista disso, a política de gastos do governo acaba sendo determinada por um processo diferente do processo orçamentário.

Apesar dos seus 38 anos, Brasília permanece uma obra inacabada. Falta ainda construir novas pontes que liguem Brasília ao restante do país. Pontes de fácil acesso, de livre circulação, sem nenhuma forma de pedágio ou restrição, que organizem o trânsito nos vários espaços decisórios, que contribuam para a renovação das instituições políticas e, antes de tudo, que permitam que as decisões sejam cada vez mais permeáveis aos reais interesses da população brasileira.

■ Paulo du Pin Calmon é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília

NÃO

Trincheira da soberania

Itamar Franco

Tanto no Legislativo federal, na qualidade de senador, como na Presidência da República, jamais senti os poderes isolados do povo. Ao contrário. Sempre contei com a presença carinhosa e vigilante de cidadãos de todos os pontos do país, e especialmente de Minas, exercendo o direito e dever de criticar e aplaudir os integrantes dos poderes instalados em Brasília.

Com a capital no Planalto Central, o Brasil afirmou suas dimensões continentais e ampliou os horizontes de nossa História. Fui eleito senador por Minas e cheguei à nova capital quando ela era uma adolescente de 14 anos. Tive a honra de presidir a Comissão do Distrito Federal do Senado e, como um dos defensores da autonomia de Brasília, apresentei emendas sobre as instituições políticas da capital. No convívio com companheiros do Congresso e suas famílias cons-

truí sólidas amizades, incluindo candangos pioneiros. Assim, não só no campo público como no pessoal, Brasília sempre permitiu estreitar relacionamentos. Morador da cidade durante dois mandatos de senador, quis o destino que eu continuasse residindo ali como vice-presidente e, em seguida, como presidente da República. No cumprimento de meus deveres constitucionais pude sentir, mais ainda, a importância de Brasília na sua missão de entrelaçar nosso povo de norte a sul e de leste a oeste.

Quando decidi construir a nova capital dentro do retângulo traçado pela Missão Cruls, Juscelino Kubitschek sabia que estava garantindo para sempre seu lugar na História. Nada significou mais, em termos de avanço no futuro, do que a edificação de Brasília. Com isso se completou a grande aventura dos bandeirantes.

A transferência da sede política dos três poderes para o Planalto promoveu o deslocamento não só de brasileiros decididos a tentar nova vida, como também de legiões de profissionais altamente qualificados. Entre eles, cientistas que buscaram novos processos para a transformação de imensas áreas do cerrado em terras férteis e produtivas.

O mais importante, no entanto, foi o despertar do orgulho nacional. Esse orgulho, que hoje está sendo menosprezado, levantou a nossa auto-estima e nos ajudou a alavancar o desenvolvimento econômico do país. Com Brasília, retornamos ao projeto de ocupação plena do nosso território, sonhado pelos inconfidentes e exposto por Furtado de Mendonça e José Bonifácio.

Para mim foi motivo de particular alegria ter visto Brasília, pelas

mãos de meu grande amigo e companheiro, o então governador José Aparecido de Oliveira, ser proclamada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. A obra de Lúcio Costa e Oscar Neimeyer foi a primeira referência do século XX a registrar-se no tombo mundial dos monumentos urbanísticos e arquitetônicos.

Em Brasília os poderes da República se voltaram mais equitativamente para todos os espaços do país, entrosando-os. Sem a construção da nova capital, o Brasil ainda estaria concentrado no litoral, esquecido de si mesmo, e com esse imenso território à mercê da cobiça estrangeira, como ainda se encontra a Amazônia. Brasília é a moderna trincheira de nossa soberania.

■ Itamar Franco foi presidente da República de 1992 a 1994